



CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM ESTADO DE MINAS GERAIS

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

REF: O presente parecer tem por objeto o Projeto de Lei nº 001/2026 que "Dispõe sobre o Conselho Municipal da Mulher de Contagem e dá outras providências", de autoria do Poder Executivo.

PARECER

O Projeto de Lei em epígrafe, "Dispõe sobre o Conselho Municipal da Mulher de Contagem e dá outras providências", recebeu da Procuradoria desta Câmara análise técnico-jurídica pela **legalidade e admissibilidade** da matéria.

A proposição tem por objetivo atualizar a legislação municipal que trata da instituição e funcionamento do Conselho Municipal da Mulher de Contagem – CMMC, revogando as Leis nº 2.000, de 1989, e nº 4.481, de 2011, e adequando o órgão às diretrizes da política nacional para as mulheres e ao atual arranjo institucional da Administração Pública Municipal.

A iniciativa legislativa encontra amparo na competência constitucional e legal dos Municípios para legislar sobre assuntos de interesse local e promover o adequado ordenamento territorial, conforme dispõe o art. 30, incisos I da Constituição da República. No mesmo sentido, a Lei Orgânica do Município de Contagem, em seu art. 6º, inciso I reforça a atribuição municipal legislar sobre assuntos de interesse local:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

Art. 6º - Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

I – legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que lhe couber;

(...)

XVII – dispor sobre a organização dos serviços administrativos;

O projeto em exame também observa a competência privativa do Prefeito para iniciar o processo legislativo nas matérias que envolvem o ordenamento territorial e a estrutura administrativa, conforme previsto no art. 92, incisos V e XII, da Lei Orgânica Municipal.

Art. 92 – Compete privativamente ao Prefeito:

(...)

III – exercer, com o auxílio dos Secretários Municipais, a direção superior do Poder Executivo; (...)

IV – prover e extinguir os cargos públicos do Poder Executivo, os de direção ou administração superior de autarquia e fundação pública, observado o disposto nesta Lei; (...)

XII – dispor, na forma da lei, sobre a organização e a atividade do Poder Executivo (...)

Esta Comissão, em igual modo, acompanha a orientação do especialista e conclui **pela admissão** do presente Projeto de Lei nº 001/2026, de autoria do Poder Executivo.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 26 de fevereiro de 2026.


ARNALDO LUIZ DE OLIVEIRA – "ARNALDO DE OLIVEIRA"
PRESIDENTE


DANIEL FLÁVIO DE MOURA CARVALHO - "DANIEL CARVALHO"
VICE-PRESIDENTE


MARCOS VINÍCIUS RANGEL DE FARIA – "VINÍCIUS FARIA"
RELATOR